



VOZES FEMININAS ANCESTRAIS: HISTÓRIAS DAS MULHERES QUILOMBOLAS DO VALE DO GUAPORÉ EM RONDÔNIA

Joely Coelho Santiago

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

E-mail: joelicoelhosantiago@live.com

Rosália Aparecida da Silva

Instituto Federal de Rondônia (IFRO)

E-mail: rosalia.silva@ifro.edu.br

RESUMO

Neste artigo, o objetivo é (re)conhecer vozes femininas ancestrais de mulheres quilombolas do Vale do Guaporé (RO). De forma indireta, o trabalho analisa histórias, culturas e tradições. Para análise das experiências culturais femininas, fez-se a contextualização do processo de formação das comunidades quilombolas rondonienses e dos estudos sobre feminismo negro. Os resultados e discussões refletem sobre o estudo etnográfico, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo; foram realizados os seguintes questionamentos: quais as experiências ancestrais das mulheres quilombolas do Vale do Guaporé? De que maneira é possível garantir o reconhecimento e a validação de suas práticas socioculturais e suas memórias herdadas da cultura negra e ribeirinha? O referencial teórico vem de Teixeira (2001, 2009), Carneiro (2003), Davis (2016), Perrot (2005), Bandeira (1988) e Volpato (1993). Como resultado, verifica-se que as vozes femininas ancestrais ecoam na preservação de tradições e memórias: na cura de doenças, na culinária, na religiosidade e em outros aspectos.

Palavras-chave: Mulheres quilombolas. Vale do Guaporé. Feminismo negro. Vozes ancestrais.

ANCESTRAL FEMININE VOICES: QUILOMBOLA WOMEN STORIES FROM GUAPORÉ VALLEY IN RONDÔNIA

ABSTRACT

This article aim is recognizing quilombola women from Guaporé Valley (RO) ancestral feminine voices. Indirectly, the article analyzes stories, cultures and traditions. For the feminine's cultural experiences analysis the quilombola communities in Rondônia and the studies on black feminism were contextualized. The results and discussions reflect an ethnographic study, carried out through bibliographic, documentary and field research, the following questions were raised: what are the quilombola women ancestral experiences in the Guaporé Valley? How is it possible to guarantee there cognition and their socio-cultural practices validation and their memories inherited from the black and riverside culture? The



theoretical reference which gives this study support is Teixeira (2001; 2009), Carneiro (2003), Davis (2016), Perrot (2005), Bandeira (1988) and Volpato (1993). As a result, it appears that the ancestral feminine voices echo in the traditions and memories preservation: in the diseases cure, in cooking, religiosity and others.

Keywords: Quilombola women. Guaporé Valley. Black feminism. Ancestral voices.

INTRODUÇÃO

Este estudo surgiu da proposta de (re) conhecer vozes ancestrais de mulheres quilombolas do Vale do Guaporé, no estado de Rondônia. Mesmo a cada dia ganhando maior visibilidade, a produção de mulheres periféricas ainda não é reconhecida com o valor social devido. Exemplo recente, em 2017, ocorreu durante evento de homenagem na Academia Carioca de Letras à Carolina Maria de Jesus (mulher negra, catadora de papel e moradora na favela do Canindé, em São Paulo, nos anos 1960): seu livro *Quarto de Despejo* (1960) já foi descrito como se não fosse literatura. Sem a pretensão de discutir conceitos para defesa ou não do tema, o que se busca é apenas observar que a obra traduzida em diversas línguas¹, cobrada em provas de vestibulares e que emociona leitores tivesse que se resignar a um lugar “menor” perante a literatura nacional.

“Ele exigia dela, para ser literatura, um formalismo acadêmico do qual o sucesso de sua literatura pôde prescindir” (LUCINDA, 2020, s. p.). A atriz Elisa Lucinda, que estava entre as convidadas da mesa e deu resposta à fala que a precedeu, considerou-a, além de uma “grande gafe eurocêntrica”, um “epidêmico e sistemático racismo”. É desse ponto de vista que se observa o tratamento reservado para as obras femininas. Poderia ser dito em forma de um poema reflexão:

quem já viu um coração de perto sabe que se parece com um punho ensanguentado,
e um estômago, e um útero.

[**toda mulher é uma poema**] (RIZZI, 2019, p. 77, grifo da autora).

¹ MACIEL, Camila. Brasil lembra centenário de escritora que definiu favela como quarto de despejo. **Agência Brasil**, São Paulo, 14 mar. 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/brasil-lembra-centenario-de-escritora-que-definiu-favela-como-quarto-de>. Acesso em: 08 nov. 2020.

E essa forma de lutar para ganhar seu espaço, ter valorizada a sua escrita –a sua “poema”, como diz Rizzi (2019); a sua “escrevivência”, no caso de uma experiência negra –, é conquista que se demora a obter. A vida de Conceição Evaristo talvez seja uma possibilidade de ilustração, de quando há rompimento de barreiras e reconhecimento dos pares. Para as mulheres, há um ecoar de histórias:

Eu me lembrava também de algumas histórias da infância da minha mãe. Ela havia nascido em um lugar perdido no interior de Minas. Ali, as crianças andavam nuas até bem grandinhas. As meninas, assim que os seios começavam a brotar, ganhavam roupas antes dos meninos. Às vezes, as histórias da infância da minha mãe confundiam-se com as de minha própria infância. (EVARISTO, 2016, p. 16).

A autora explica que sua ação literária é uma “escrevivência”, que é também um modo de mostrar o que foi apagado pelo processo histórico vivido, em que os povos não tiveram direito à manutenção de seus registros de forma oficial, numa tentativa de silenciamento social de maneiras diversas.

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. (EVARISTO, 2020, p. 30).

A escrita de suas memórias traz para as mulheres negras essa possibilidade de celebração de sua ancestralidade – não mais para fazer uso de sua voz, de forma controlada e subjugada, e adormecer as crianças de senhores e senhoras brancas, mas para despertar a todos socialmente e “acordá-los de seus sonos injustos”.

Nesse resplandecer, em que há encontro com sua história, em que as vozes de comunidades originárias continuam sendo ouvidas e trazidas à tona e em que está em curso um resgate junto às gerações que antecederam sua existência, também uma história regional ganhou corpo recentemente. Dorrico (2019) foi procurar sua ancestralidade, que estava apagada por esse tratado social de não reconhecimento do que é dado como periférico na visão eurocêntrica. Agora, ela pode fazer criar eco em torno da sua luta: “Minha luta é honrar



a luta da avó: todos os dias, incansavelmente, e para sempre” (DORRICO, 2019, p. 29). Ao escrever poeticamente sobre a arte de contar histórias, ela dirá:

Em volta de uma fogueira, todos os parentes pegavam suas cuias cheias de caxiri e praticavam o pantonkon, a arte de contar as histórias sagradas. Essa arte aprendemos e nunca abandonamos, principalmente o caxiri! (DORRICO, 2019, p. 33).

O valor da contação de histórias na cultura indígena é incalculável. A oralidade para os povos originários e para os vindos de África é notadamente forte e imprescindível para a preservação cultural. Em geral, a humanidade aprova muito ouvir histórias orais, apesar de não reconhecer isso oficialmente e de forma acertada. Em livro que registra histórias de professores indígenas, Oliveira (2017, p. 175) afirma: “A tradição oral é um rico e intangível patrimônio, é memória coletiva elaborada que se perpetua através do discurso”. E foi através dessa memória coletiva que se guardaram muitos conhecimentos ancestrais.

A Memória é um vínculo com o passado, sem abrir mão do que se vive no presente. É ela quem nos coloca em conexão profunda com o que nossos povos chamam de tradição. Fique claro, no entanto, que tradição não é algo estanque, mas dinâmico, capaz de nos obrigar a ser criativos e a dar respostas adequadas para as situações presentes. (MUNDURUKU, p. 116).

É assim, portanto, que a resistência ocorre: preservando-se as histórias do passado, circularidades e origens, com visão ampliada, e não única ou egocêntrica.

Na continuação deste trabalho, estão as seções que trazem o processo metodológico e as teorias utilizadas para a análise; estas foram pensadas a partir dos estudos de Teixeira (2001, 2009), Carneiro (2003), Davis (2016), Perrot (2005), Bandeira (1988) e Volpato (1993). Mostra-se a história e formação da região, e enfatiza-se a teorização na qual se demonstra o processo histórico de silenciamento das mulheres, notadamente das mulheres negras. Faz-se o recorte de pesquisa sobre as comunidades negras localizadas no Vale do Guaporé (RO), em que se estuda mais sobre a mulher quilombola dessa região e seu processo de existência e adaptação no mundo que a rodeia – para se chegar, enfim, à conclusão do trabalho com as considerações finais.

1 APORTE TEÓRICO, MATERIAIS E MÉTODOS

Nesta seção, apresentam-se as teorias e os procedimentos metodológicos da pesquisa para a análise das vozes e experiências culturais das mulheres quilombolas do Vale do Guaporé. Além disso, o processo de formação das comunidades quilombolas do Vale do Guaporé (RO) é contextualizado. Os resultados e discussões refletem a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, do tipo qualitativa, que foi desenvolvida no período de maio a setembro de 2020. O estudo está assentado numa proposta etnográfica que busca compreender elementos culturais singulares, uma vez que se trata de uma metodologia “[...] propícia para descobrir a maneira de viver e as experiências das pessoas – a sua visão do mundo, os sentimentos, ritos, padrões, significados, atitudes, comportamentos e ações” (LIMA *et al.*, 1996, s. p.).

Assim, procedeu-se o planejamento, a coleta e a análise dos dados para a escrita que visa representar, de forma resumida, os eventos observados. Destarte, o estudo é norteado pelos seguintes questionamentos: quais as experiências ancestrais das mulheres quilombolas do Vale do Guaporé? De que maneira é possível garantir o reconhecimento e a validação de suas práticas socioculturais e suas memórias herdadas da cultura negra e ribeirinha?

Quanto às análises dos dados, foram feitas a partir de recortes de narrativas das mulheres quilombolas no Vale do Guaporé. “Nesta pesquisa fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto quando ouvíamos, registrávamos, sendo como que um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém [...]” (BOSI, 1994, p. 38). Dentre as opções bibliográficas, foram destacados autores que abordam as questões da condição feminina e das relações de gênero, como Davis (2016) e Perrot (2005), dentre outros.

Especificamente sobre a região, nos baseamos em Bandeira (1988), que fez um estudo sobre o processo histórico de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) – uma cidade construída e abandonada por seus primeiros habitantes, os brancos, e que foi ocupada pelas populações negras remanescentes de antigos quilombos que por lá já viviam em seu entorno, constituindo-se, historicamente, um território negro –; e em Volpato (1993), que fez uma análise do cotidiano de escravos em Cuiabá, na segunda metade do século XIX.

Ainda no contexto regional, são utilizados os trabalhos de Teixeira e Fonseca (2001) e Teixeira e Amaral (2009), que realizaram uma pesquisa acerca da formação etno-histórica das populações negras do Vale do Guaporé (RO). Além disso, analisam-se os dados dos



Relatórios Técnicos de Identificação, Delimitação e Reconhecimento (RTID) das comunidades remanescentes do estado, elaborados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2007, 2008a, 2008b, 2010, 2014), incluindo histórias da educação e formação das escolas nas comunidades guaporenses.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Os grupos negros na Amazônia Sul-ocidental brasileira tiveram sua mão de obra largamente usada: foram escravizados nas lavras e edificações do Vale do Guaporé (hoje Rondônia) e afluentes, sob vigilância rigorosa e castigos físicos diversos da elite colonizadora. O leito e a mata amazônica foram testemunha das resistências e dos incansáveis esconderijos utilizados pelos cativos, que lutavam contra o regime escravocrata; eram comuns a fuga de escravizados e o seu ajuntamento em quilombos.

Abandonados à própria sorte na região guaporense, após a escassez das jazidas de ouro, reorganizaram suas vidas ao longo do Alto Guaporé e afluentes, assim, compartilharam com os povos originários da região seus saberes e costumes na garantia da sobrevivência. Por muito tempo, as populações negras na região da fronteira entre Brasil e Bolívia tiveram suas experiências excluídas e marginalizadas, visto que, na dinâmica social, se percebe esta história única na ótica eurocêntrica, analisada a partir de “grandes homens”.

As memórias dos velhos quilombolas, sobretudo as narrativas das mulheres idosas, ecoam como um recurso para a validação de preciosos dados históricos, até então desconhecidos e/ou pouco registrados. Sendo assim, as pesquisas acadêmicas de contexto amazônico surgem como “uma via de compromisso com aqueles que não têm história oficializada” (BOM MEIHY, 1996, p. 31), que oportunizam e dão voz para a inclusão e o reconhecimento de grupos populacionais antes silenciados e apagados.

Se às comunidades quilombolas restou o apagamento de suas memórias, como se não fosse o suficiente, essas populações veem suas lutas longe de terminarem, visto que os ataques e o não reconhecimento, que partem de defensores de teorias conspiratórias adversas aos seus interesses, são apoiados, amplamente, pelo atual governo: “Pode ter certeza de que, se eu chegar lá, não vai ter dinheiro pra ONG (...). Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola. Onde tem uma terra indígena, tem uma riqueza embaixo

dela. Temos que mudar isso daí”². Não obstante, Leite (2010, p. 35) afirma que “o direito ‘quilombola’ que a Constituição visa alcançar é o direito sobre o lugar, o direito não exclusivamente à terra ou às condições de produção, mas o seu reconhecimento na ordem jurídica”.

Desse modo, acredita-se que proceder a registros que enalteçam essas vozes ancestrais, silenciadas e marginalizadas por estruturas sociais, contribui também para a compreensão da diversidade étnico-cultural das populações afro-guaporenses e o reconhecimento dos remanescentes “emergentes” na composição da sociedade brasileira, pois o silenciamento nas pesquisas acadêmicas, de algum modo, serve para perpetuar a inferioridade em que foram instalados, assim como o comprometimento histórico da região. É imprescindível desmistificar a visão distorcida e autocentrada que a sociedade tem a respeito das comunidades remanescentes de quilombos, posto que as populações negras, longe de terem sido apenas “[...] animais de tração e operários de enxada, a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora” (FREYRE, 2006, p. 390), mas ainda têm negado o direito ao reconhecimento literário (Cf. LUCINDA, 2020) – usurpação de direitos que ocorre, principalmente, quando diz respeito às mulheres, como se pode ver a seguir.

1.2 INVISIBILIDADE E BRANQUEAMENTO

Segundo Perrot (2005), a história das mulheres inscreve-se no campo mais vasto das ciências humanas, desigualmente cristalizadas pelo sexo oposto, o masculino. Lutas lideradas por movimentos negros e ativistas negras vêm gradativamente proporcionando às mulheres papéis diferenciados e igualitários ao homem; contudo, a história das mulheres não mudou muito o seu lugar ou a sua condição. O discurso masculino, detentor do “completo”, fez com que restasse à mulher apenas o silêncio: “[...] os arquivos privados conservados nos grandes depósitos públicos são quase que exclusivamente os dos ‘grandes homens’, políticos, empresários, escritores, criadores” (PERROT, 2005, p. 12). Assim, o ambiente doméstico era

² REVISTA VEJA. **Bolsonaro é acusado de racismo por frase em palestra na Hebraica**, 06 de abril de 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-e-acusado-de-racismo-por-frase-em-palestra-na-hebraica/>. Acesso em: 08 nov. 2020.

o espaço onde a mulher (“genérica”, ou seja, a mulher branca e de classe média) podia manifestar-se.

Direitos em prol da igualdade entre homens e mulheres vêm sendo conquistados, embora ainda haja muito que percorrer e lutar por essa igualdade de direitos, pois a figura masculina é, historicamente, considerada superior, mais forte e mais produtiva que a figura feminina, o que conserva o quadro de discriminação à mulher. Por outro lado, Carneiro (2003) analisa que o movimento feminista concebeu as mulheres como uma categoria social distinta, visto que essa manifestação tomou como importante apenas a condição da mulher “genérica”, esquecendo-se de questionar às outras categorias de mulheres oprimidas e discriminadas por suas características étnico-raciais. A ativista do movimento social negro brasileiro ressalta:

[...] grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. (CARNEIRO, 2003, p. 02).

A mulher negra sofre preconceito duas ou, por que não dizer, três vezes, pois no caso de uma mulher negra e empobrecida, sofrerá preconceito por todas essas características: por ser negra, por ser mulher e por ser de classe econômica baixa. Nessa perspectiva, Bento (2002, p. 25) afirma:

[...] o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais.

Esse branqueamento, imposto goela abaixo às mulheres negras, vistas como possuidoras de uma beleza “feia” e/ou “exótica”, e/ou ainda “sujas” e/ou “encardidas”, muito pouco representadas nos principais meios midiáticos, serve apenas para perpetuar a valorização do padrão branco. De outro lado, há o detrimento da beleza étnico-racial:

As técnicas usadas têm sido diversas, conforme as circunstâncias, variando desde o mero uso de armas, às manipulações indiretas e sutis que uma hora se chama assimilação, outra hora aculturação ou miscigenação; outras vezes é o apelo à

unidade nacional, à ação civilizadora, e assim por diante. (NASCIMENTO, 2016, p. 131).

Nesta direção, há que se pensar o processo de inferioridade que as culturas africanas vivenciam desde que pisaram em solo brasileiro, na diáspora de colonização. E mesmo após a “abolição”, a população acompanha sua inserção na sociedade a partir de interesses políticos pessoais, ao passo que resiste ao esmagamento de suas experiências ancestrais, repassadas de geração a geração: “[...] das margens da modernidade, nos extremos insuperáveis do contar histórias, encontramos a questão da diferença cultural como a perplexidade de viver, e escrever, a mão.” (NASCIMENTO, 2016, p. 131). E dessa maneira, tudo era excluído dela.

2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO VALE DO GUAPORÉ

Aborda-se nesta seção um breve processo histórico de formação das comunidades quilombolas no Vale do Guaporé – Rondônia. Segundo (MEIRELES, 1989, p. 15), o Vale do Guaporé tem sua nascente “nos contrafortes da Serra dos Parecis, em Mato Grosso”. Praias de areia fina, água doce, diversidade em fauna e flora compõem cenário do tão cobiçado rio. Historicamente, foi no ano de 1743 que se deu início à ocupação colonial na região, processo liderado por colonizadores e missionários jesuítas espanhóis e portugueses que se apossaram da rica região, ao mesmo tempo que iniciaram a catequização dos povos nativos, já ali residentes.

Os trabalhos acadêmicos sobre a diáspora africana dão notícias de que os africanos, de diversas etnias e nacionalidades, chegaram à região através das bandeiras portuguesas do Brasil colonial. Na região amazônica, eles tiveram sua mão de obra exploradas nos mais diversos serviços. Sobre esse aspecto, Bandeira (1988, p. 79) analisa:

[...] os pretos, na sua força de resistir, inscrevem no discurso branco o antidiscurso de sua invalidez, da sua fome prematura, empunhando bateias, lavando cascalhos, construindo a cidade, plantando e colhendo, moendo, fazendo melado, rapadura, açúcar e cachaça, farinhando, remando, fugindo, lutando, rezando e festejando.

Submetidos a trabalho escravo, torturas e castigos físicos de toda espécie, os grupos escravizados fugiam para locais de difícil acesso no interior da mata amazônica e, assim,

resistiam das mais diversas formas à escravidão: “a busca de esconderijo no mato, junto de outros companheiros, foi sempre a alternativa ousada na esperança de não serem capturados. Esses aglomerados de escravos vivendo nas matas eram os chamados ‘quilombos’” (VOLPATO, 1993, p. 182).

Durante a segunda metade do século XVIII, eram comuns as fugas de escravos para os quilombos, na tentativa de viverem em liberdade. Dos quilombos formados na região, o mais expressivo foi o “Quilombo do Quariterê, ou do Quariteté ou do Piolho, considerada a mais importante formação de quilombo em Mato Grosso pela consistência de sua organização” (BANDEIRA, 1988, p. 118).

O Quilombo do Quariterê ou Piolho formou-se às margens do rio do mesmo nome – afluente da margem ocidental do Guaporé – a partir de escravizados negros e indígenas fugidos das minas auríferas do Mato Grosso, e foi invadido pela poderosa bandeira do capitão-general João Costa Pinto, em 1770. Após a morte do líder do Quariterê, José Piolho, a Rainha Teresa, viúva, passou a administrar o local utilizando uma forma de governo específica, com enforcamentos, castigos físicos, fraturas de ossos e o enterramento vivo daqueles que “desertassem” do quilombo (BANDEIRA, 1988).

Na organização do Quariterê, a Rainha Teresa era auxiliada por outras mulheres negras e mulheres indígenas. Na primeira destruição, em 1770, foram aprisionados mais de cem escravizados (79 negros e 30 índios, entre homens e mulheres), levados acorrentados para Vila Bela. “Muitos morreram e muitos conseguiram evadir-se. [...]. Capturados, os quilombolas sofreram castigos cruéis em praça pública, expostos à curiosidade do povo, e foram marcados a ferro” (BANDEIRA, 1988, p. 119).

A invasão no Quariterê, em 1770, também foi marcada pela captura e o suicídio da Rainha Teresa, que, descontente com a destruição de seu quilombo e por ter de render-se à dominação dos brancos, preferiu tirar sua própria vida – gesto de coragem e ousadia, que fez Teresa de Benguela tornar-se símbolo de luta e resistência para as mulheres afro-brasileiras.

Segundo Gomes (2015), a constituição dos quilombos era feita pelos homens; contudo, a reorganização dos territórios ficava a cargo das mulheres. O autor chama-nos a atenção para as escassas notícias que se têm sobre as mulheres na reconstituição dos mocambos, visto que o papel das mulheres diante de ataques, armadilhas e arapucas foi de extrema relevância; segundo esse autor,

[...] cabia a elas esconder o máximo de grãos na cabeça – entre seus penteados – e escapar para as matas, o mais longe possível. A economia de um quilombo atacado era reconstituída exatamente a partir desses grãos. Outras indicações sugerem sua função religiosa de proteção dos quilombos ao entrarem em transe para adivinhar o momento e local dos ataques punitivos. Nos quilombos maiores, [...] as mulheres podiam estar representadas demograficamente. Seu papel na manutenção da família foi acompanhado da importância econômica na produção artesanal de utensílios e mesmo do enfrentamento diante das tropas escravistas. (GOMES, 2015, p. 40).

Ao findar do século XVIII, o Vale do Guaporé vivenciava um profundo estado de decadência e abandono dos colonizadores. Diante da inviabilidade econômica da região, a elite branca decidiu mudar para áreas mais prósperas nas cercanias de Cuiabá, deixando seus escravizados para trás, à mercê da própria sorte. Teixeira e Amaral (2009) dizem que, reinventando-se a si mesmos e compartilhando saberes e práticas culturais com os outros grupos da região fronteira, os negros escravizados tornaram-se senhores do Vale do Guaporé, estabelecendo-se na região como agricultores e extrativistas.

No Vale do Guaporé localizam-se, em dias atuais, nove comunidades remanescentes de quilombos: Comunidade Forte Príncipe da Beira, Comunidade Laranjeiras, Comunidade Pedras Negras, Comunidade Rolim de Moura, Comunidade Santa Cruz, Comunidade Santa Fé, Comunidade Santo Antônio e Comunidade Tarumã. Destas, apenas a Comunidade Jesus localiza-se num afluente do Rio Guaporé, o Rio Miguel.

Pesquisas históricas atestam que, em outros anos, as comunidades remanescentes do estado de Rondônia somavam números maiores; contudo, esses povoados vêm progressivamente vivenciando o despovoamento de seus moradores. A evasão dos remanescentes ocorre devido a diversos fatores, dentre eles a escassez de políticas públicas e a irregularidade da demarcação e titulação de terras ocupadas pelos remanescentes. Não obstante, somada a esses entraves, há a disputa pelas terras com fazendeiros, agropecuaristas e projetos de desenvolvimento, situações conflituosas que impedem que sejam feitos os trabalhos de demarcação e titulação das terras remanescentes de quilombos.

2.1 DO PILÃO À SERINGA: OS SABERES ANCESTRAIS DA MULHER QUILOMBOLA

Para as populações negras escravizadas na região fronteiriça, o Vale do Guaporé apresentou-se como um espaço de particularidades culturais baseadas no autoritarismo de uma parcela de colonizadores brancos, constituída pelo contingente de imigrantes e seus descendentes (gregos, ingleses, portugueses), em que os grupos negros escravizados representavam o número mais significativo e eram constituídos por indivíduos múltiplos, que migravam de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT (BANDEIRA, 1988).

Dentro desse contexto, à mercê da própria sorte, esses grupos tiveram que buscar alternativas de vida apropriando-se das áreas abandonadas pela elite branca colonizadora, reinventando os espaços da região e estabelecendo formas de convivência peculiares baseadas numa relação de interação, solidariedade e, ao mesmo tempo, de conflito com os outros grupos existentes no Vale do Guaporé e afluentes. Nessa relação de apoio entre os núcleos familiares, sobretudo entre as mães, as mulheres mais idosas repassavam aos mais jovens os ensinamentos recebidos de seus ancestrais, especialmente no que diz respeito à obediência aos de idade avançada. As mais idosas eram mulheres detentoras de conhecimentos e, assim, pessoas respeitadas na região.

Embora houvesse uma divisão de trabalhos, mulheres e crianças mantinham-se ocupadas envoltas a serviços diversos, desde plantações e colheitas, a procura de lenha na mata, o abastecimento dos potes com água do rio, o trabalho com o pilão e o forno de barro até os serviços extrativistas e de carregamento de sacas de castanha, que exigiam mais força física, ambos realizados no interior da mata amazônica.

Eram comuns as famílias chefiadas por mulheres, que muitas vezes transportavam suas crianças, ainda pequenas, em panos envoltos no corpo, conhecidos por “tipoia”, para o trabalho na agricultura e/ou na lida no interior da mata amazônica. Dessa forma, as crianças logo eram iniciadas nos trabalhos pelos familiares de mais idade. Conforme a criança ia crescendo, era inserida nos serviços. Os mais jovens acompanhavam os mais velhos nos serviços que eram exercidos tanto por homens quanto por mulheres; contudo, havia funções mais ligadas ao universo feminino, como ser mãe, partejar e os primeiros cuidados com os recém-nascidos.

As mulheres também ficavam responsáveis por outras atividades ligadas ao setor doméstico, como lavar, cozinhar, varrer e fabricar as vestimentas dos familiares com os tecidos, chamados de “corte de pano”, adquiridos com os vendedores locais. Essas atividades,

geralmente, eram realizadas somente pelas mulheres, que, na educação das crianças, repassavam essas e outras ocupações. A responsabilidade dos filhos, sobretudo das meninas, seguia do nascimento até o casamento. Era comum, nessa época (década de 1940), as meninas formarem suas próprias famílias ainda na adolescência, muitas vezes para mudar de vida, com o consentimento de seus pais; assim, elas repassavam o que haviam aprendido aos filhos, quando se tornavam mães.

Não obstante, é importante mencionar sobre os casamentos interraciais constituídos na região guaporense, espaço que recebia, todos os anos, extrativistas e coletores de outras regiões e localidades vizinhas para trabalhar na área produtiva durante a época de colheita dos frutos. O contato entre esses contingentes populacionais naturalmente ocorria e, em consequência disso, uma mistura étnica foi ocorrendo entre os grupos negros, indígenas e bolivianos da região fronteiriça.

Os mais jovens recebiam outros ensinamentos de seus antepassados, a fim de adquirir alimentos para a família, que iam desde a captura de pequenas caças e pescas ao armazenamento correto dos alimentos. A conservação da carne na sua própria banha era conhecida por “mexira”, e o alimento tinha validade estendida por meses, desde que preparado corretamente, conforme os ensinamentos dos mais antigos; os jovens também aprendiam a charquear³ carnes e peixes capturados, a construir arapucas⁴ e gaiolas às margens do rio para estocar presas frescas, a fazer fermentos naturais para usar nas receitas⁵ e a preparar comidas⁶ e bebidas típicas da região – dentre as bebidas mais citadas, estão a chicha⁷, o aluá⁸, licores⁹ e o canjinjin¹⁰.

³ Charquear: temperar com sal as carnes de caça e pesca; salgar.

⁴ Arapuca: armadilha feita para capturar aves na mata e predadores de animais domésticos.

⁵ Dentre os fermentos naturais produzidos pelas mulheres, cita-se o fermento de vinagre e o fermento de farinha de milho.

⁶ Dentre as comidas guaporenses, listamos: a paçoca (farofa de carne salgada com farinha de mandioca socada em pilão), o bolo de arroz (preparado com arroz sovado em pilão e assado em forma de barro), o massaco (banana frita sovada no pilão com a mistura de carne seca), o sarapatel da peta (carne da tartaruga cortada em pequenos pedaços e preparada no próprio casco), o biscoito de goma (preparado com a goma da macaxeira, cravo, ovos, açúcar e banha; em seguida, a massa é sovada em pilão e, depois, modelada e assada em folhas de bananeira e forno de barro) etc.

⁷ Chicha: bebida à base de milho, gengibre e açúcar.

Na inquietação da saúde, as benzedadeiras são personagens importantes no Vale do Guaporé, principalmente na época em que a região era bastante carente de médicos. No trabalho de práticas de cura não oficiais, as benzedadeiras estavam sempre prontas para atender aos pedidos de socorro físico ou espiritual dos moradores. A arte de benzer, assim como a maneira específica de benzer de cada benzedadeira, é uma ciência que está destinada a desaparecer, visto que as mesmas, diferentemente de épocas passadas, não transmitem mais essa arte aos mais jovens.

Pessoas experientes e respeitadas no povoado, as benzedadeiras desenvolviam várias ações no tratamento e cura de perturbações que afetavam o silêncio e afetavam o equilíbrio físico e psíquico dos moradores. Dentre suas funções, a religiosa e a médica, suas experiências eram provenientes do universo de seus antepassados. Essas mulheres possuíam um leque de conhecimentos, repassados de geração a geração, para enfrentar as adversidades diversas, que recebiam nomes peculiares devido ao pouco conhecimento científico em relação a doenças e seus sintomas; para cada inquietação, havia um rito específico com ervas e plantas medicinais, receitadas, preparadas pelas próprias benzedadeiras num trabalho gratuito e solidário aos enfermos.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Durante o estudo, foi possível perceber que as experiências das mulheres quilombolas do Vale do Guaporé foram compartilhadas e ressignificadas entre os grupos populacionais existentes na região fronteira Brasil/Bolívia, que repassaram através das gerações suas culturas e modos de vida, sobretudo as mulheres negras mais idosas, guardiãs da memória e transmissoras do conhecimento, visto que a educação dos filhos era considerada atividade destinada apenas às mulheres.

⁸ Aluá: bebida à base de milho, frutas (maracujá, abacaxi, por exemplo), cravo, canela, erva doce e açúcar.

⁹ Licor: bebida à base de cachaça, temperada com açúcar e frutas que dão sabores à bebida, como abacaxi, tangerina, jenipapo etc.

¹⁰Canjinjin: bebida à base de cachaça, gengibre, cravo e canela.

A partir da reconstituição da memória – coletiva e individual – de velhas contadoras de história, foi possível acompanhar em suas narrativas a importância da preservação de tradições e saberes herdados dos seus antepassados. Na culinária, isso se manifesta de forma peculiar: é comum encontrar na alimentação dos moradores, até os dias atuais, comidas e bebidas típicas da região guaporense, como o biscoito de goma da macaxeira, a paçoca de carne seca ou de amendoim, o massaco de banana ou macaxeira, a pamonha doce ou salgada, os licores de jenipapo e tangerina e as bebidas preparadas com o milho fermentado, como a chicha e o aluá.

A pesquisa apresentou resultados significativos para o registro de experiências e práticas vivenciadas pelas mulheres negras quilombolas do Vale do Guaporé (RO), que apesar do diverso contato com práticas culturais diferentes das suas, ainda preservam tradições e traços de práticas ancestrais, observados em seus modos de vida, bem como em alguns aspectos na cura de doenças em geral, na culinária e na religiosidade, que, nesse contexto, se tornam significativas para a manutenção e preservação da cultura guaporense. Percebe-se, ainda, que as experiências desenvolvidas pelas mulheres negras nas comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Guaporé contribuem significativamente na constituição histórica e identitária regional.

Por fim, os resultados nessa pesquisa evidenciam que as mulheres quilombolas preservam suas memórias, ideologias e modos de vida herdados de seus ancestrais, de geração a geração. A pesquisa alcançou resultados significativos que somente por meio da consulta à documentação escrita não abarcaríamos. Sendo assim, espera-se com esse estudo contribuir para o reconhecimento, a valorização e o respeito às vozes e às memórias das mulheres quilombolas do Vale do Guaporé, que ressoam fortes nos elementos culturais analisados.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Izabel de Oliveira. **Memórias de Monsenhor Francisco Xavier Rey**: Dom Rey. São Paulo: Scortecci, 2012.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco**. São Paulo: Brasiliense, 1988.



BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray&BANTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 19. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estud. av.**, São Paulo, v.17, n.49, set./dez. 2003.

DORRICO, Julie. **Eu sou macuxi e outras histórias**. Nova Lima: Editora Caos & Letras, 2019.

DAVIS, Angela Davis. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas/Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

EVARISTO, Conceição. A Escrivência e seus subtextos escrita memorialística. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). **Escrivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

INCRA. Relatório Técnico de Identificação, Delimitação e Reconhecimento (RTID) do Território Quilombola da Comunidade de Jesus, 2007.

INCRA. Relatório Técnico de Identificação, Delimitação e Reconhecimento (RTID) do Território Quilombola da Comunidade de Santo Antônio do Guaporé, 2008a.

INCRA. Relatório Técnico de Identificação, Delimitação e Reconhecimento (RTID) do Território Quilombola da Comunidade Laranjeiras, 2008b.

INCRA. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da Comunidade de Remanescentes de Quilombos de Pedras Negras do Guaporé, 2010.



INCRA. Relatório Sócio-histórico-Antropológico da Comunidade Quilombola de Santa Fé, 2014.

LEITE, Ilka Boaventura. **Humanidades insurgentes**: conflitos e criminalização dos quilombos. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, UEA Edições, 2010.

LIMA, Cristina Maria Garcia; DUPAS, Giselle; OLIVEIRA, Irma de; KAKEHASHI, Seiko. Pesquisa etnográfica: iniciando sua compreensão. **Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto**, v. 4, n. 1, p. 21-30, jan. 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11691996000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2020.

LUCINDA, Elisa. Carolina de Jesus é literatura sim! **Publishnews**, São Paulo, 24 abr. 2017. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2017/04/24/carolina-de-jesus-e-literatura-sim>. Acesso em: 08 nov. 2020.

MEIRELES, Denise Maldi. **Guardiões da fronteira**: Rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis: Vozes, 1989.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

OLIVEIRA, Valéria de. Falo e falas: transgressões e psicanálise na tradição oral indígena. In: AMARAL, Gustavo Gurgel do (Org.). **Cultura indígena, ciência e arte**: exercício de hibridismo cultural. Porto Velho: Temática Editora, 2017,

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

RIZZI, Nina. **Serei no copo d'água**. São Paulo: Edições Jabuticaba, 2019.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. **História Regional: Rondônia**. 2. ed. Porto Velho: Rondoniana, 2001.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; AMARAL, Gustavo Gurgel do. As populações negras da bacia do Guaporé: formação etno-histórica, espaço e natureza. In: AMARAL, Nair Ferreira Gurgel do (org.). **Multiculturalismo na Amazônia**: o singular e o plural em reflexões e ações. Curitiba: CRV, 2009.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cativos do Sertão**: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850/1888. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá: Ed. UFMT, 1993.